

CONTRATO

Modalidade: Inexigibilidade

Processo Administrativo SEI: CIJ.01248/2022

Contrato nº: 377

De um lado, a Companhia de Informática de Jundiaí - CIJUN, localizada na Avenida da Liberdade, s/nº - Paço Municipal "Nova Jundiaí" - 1º Andar - Ala Sul - Jardim Botânico - Jundiaí - SP - 13.214-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.237.644/0001-79, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa Gartner do Brasil Serviços de Pesquisas Ltda, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4300, Ed. F.L. Corporate, 8º andar, São Paulo, SP, CEP:04.538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.593.165/0001-40, neste ato representada na forma de seu contrato social, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de acordo com os atos e documentos contidos no processo CIJ.01248/2022, têm entre si justo e acertado o presente CONTRATO, nos termos do que determinam a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (e alterações posteriores), o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE, e demais normas aplicáveis a este objeto, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, de pesquisa e aconselhamento imparcial em tecnologia da informação e comunicação para atuação estratégica, incluindo serviços complementares de apoio à consulta, interpretação e aplicação das informações contidas em suas bases, conforme as características técnicas descritas no termo de referência, que é parte integrante do presente contrato.

1.2. Para melhor caracterização da presente avença, bem como definição dos procedimentos decorrentes das obrigações doravante contraídas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos, a proposta comercial da CONTRATADA e o termo que declarou inexigível a licitação.

1.2.1 Na hipótese de divergência entre a proposta comercial da CONTRATADA, o Termo de Referência (Anexo I) e o quanto previsto neste instrumento, prevalecerão as disposições deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. São obrigações da CONTRATADA, além de outras fixadas neste contrato e no termo de referência, as seguintes:

2.1.1. Todas as despesas de impostos, fretes, seguros e outros custos que recaiam sobre a execução do presente contrato.

2.1.2. Nomear um preposto responsável pelo contrato, para atendimento e entendimentos junto à CONTRATANTE.

2.1.3. Não divulgar quaisquer informações às quais tenha acesso em virtude dos fornecimentos/serviços a serem executados, ou das quais tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do contrato, sem autorização, por escrito, da CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

2.1.4. Não transferir a terceiros, por qualquer meio ou forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas neste instrumento, exceto se prévia e expressamente autorizada pela CONTRATANTE.

2.1.5. Assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos para todos os fornecimentos/serviços decorrentes do presente contrato.

2.1.6. Corrigir, exclusivamente às suas expensas, toda e qualquer falha decorrente da execução do contrato.

2.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e/ou pelo termo de referência da contratação.

2.1.8. Levar ao conhecimento da CONTRATANTE quaisquer dúvidas, omissões ou contradições eventualmente constatadas na documentação e informação fornecidas pela mesma para a execução do contrato.

2.1.9. Caso aplicável, fornecer uniformes e equipamentos necessários aos seus funcionários, inclusive os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), nos padrões estabelecidos por leis e normas técnicas,

em quantidade suficiente para a boa apresentação nos locais de prestação de serviços, e responsabilizar-se por quaisquer consequências decorrentes do não uso ou uso indevido dos EPIs.

2.1.10. Utilizar-se de funcionários previamente selecionados, capacitados, treinados e preparados para a execução do objeto deste contrato, sob sua inteira responsabilidade.

2.2. A CONTRATADA responderá por todos os danos, inclusive materiais e danos a terceiros, diretamente e comprovadamente advindos da execução do presente instrumento, devendo ressarcir a CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA desde já se declara ciente das vedações constantes no art. 38 da Lei Federal nº 13.303/2016 e no Decreto Municipal nº 28.342/2019, atestando que não se enquadra em qualquer uma das condições ali previstas, estando, portanto, apta a celebrar o presente instrumento com a CONTRATANTE.

2.4. A CONTRATADA deverá cumprir todas as leis e normas aplicáveis ao objeto deste contrato, devendo observar o disposto em seu próprio Código de Conduta e estabelecer e manter as suas próprias políticas e procedimentos para assegurar o cumprimento das leis aplicáveis. A CONTRATADA declara que conhece Políticas e o Código de Conduta e Integridade da CONTRATANTE, disponíveis em seu portal eletrônico, no endereço: <https://cijun.sp.gov.br/governanca/>.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. São obrigações da CONTRATANTE, além de outras fixadas neste contrato e no termo de referência, as seguintes:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

3.1.2. Designar, formalmente, gestores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

3.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução deste contrato, por funcionários especialmente designados, e encaminhar os eventuais apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, ou notificar por escrito a CONTRATADA acerca de quaisquer irregularidades encontradas na execução do contrato.

3.1.4. Pagar à CONTRATADA os valores resultantes da prestação de serviços/fornecimento objeto deste instrumento, nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento e/ou no termo de referência.

3.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre os valores das notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO

4.1. A CONTRATADA deverá fornecer o acesso necessário para os usuários indicados pela CONTRATANTE, para utilização de todas as ferramentas e atendimentos previstos aos serviços, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas da assinatura do contrato.

4.2 A CONTRATADA se obriga a executar os serviços em conformidade com as condições e especificações definidas no Termo de Referência, que é parte integrante do presente contrato.

4.3. Caso o objeto seja executado em desacordo com os requisitos estabelecidos pela CONTRATANTE, a CONTRATADA obriga-se a reparar a falha, em prazo convencionado entre as partes, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

4.4. O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

5.1. Qualquer alteração no presente contrato deverá observar o disposto nos arts. 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, e procedimentos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O valor global deste contrato é de R\$ 1.729.000,00 (um milhão setecentos e vinte nove mil reais), já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução do contrato.

6.2. O pagamento do objeto será efetuado pela CONTRATANTE, mensalmente, todo dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente à execução dos serviços, considerando o primeiro vencimento após os 30 (trinta) dias iniciais de execução dos serviços (mês fechado) e assim sucessivamente, desde de que aceite(s) pelo gestor do contrato na CONTRATANTE.

6.2.1. Ocorrendo o inadimplemento pela CONTRATANTE, os valores das notas fiscais/faturas poderão ser atualizados monetariamente pelo INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), *pro rata die*, ou seja, desde a data do vencimento até a do efetivo pagamento, desde que não se aplique a previsão do item do item 6.9.

6.3. A nota fiscal deverá estar acompanhada da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (e contribuições sociais), do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, todas devidamente atualizadas, caso necessário.

6.4. A CONTRATANTE efetuará o pagamento por meio de boleto bancário, que será enviado junto com a fatura, ou de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

6.5. Na hipótese do vencimento da fatura/boleto bancário recair em sábado, domingo ou feriado, o vencimento será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sem a imposição de qualquer ônus à CONTRATANTE.

6.6. A nota fiscal da CONTRATADA deverá ser enviada à CONTRATANTE com a indicação do número do contrato e do processo, destacando-se, caso haja, o IRRF, ISS, PIS, COFINS, CSLL e demais impostos inerentes ao objeto deste contrato, com estrita observância das disposições legais vigentes, responsabilizando-se a CONTRATADA, assim, por eventuais sanções que possam ser impostas à CONTRATANTE caso deixe de descontar e destacar em sua fatura impostos e contribuições sociais que devam ser retidos na fonte e recolhidos pela CONTRATANTE.

6.7. Em caso de emissão de nota fiscal eletrônica, a mesma deverá ser endereçada exclusivamente ao e-mail: financeiro_cijun@cijun.sp.gov.br, bem como o respectivo arquivo XML.

6.8. A emissão das notas fiscais eletrônicas não desobriga a CONTRATADA de enviar à supervisão financeira da CONTRATANTE os demais documentos exigidos em contrato.

6.9. A nota fiscal/fatura não aprovada será devolvida para as correções necessárias, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para pagamento, a partir da data de sua reapresentação.

6.10. Do valor das faturas apresentadas para pagamento, poderão ser deduzidas de pleno direito pela CONTRATANTE as seguintes verbas:

- a) Multas previstas no presente ajuste;
- b) As multas, indenizações ou despesas devidas por ato de autoridade competente, em decorrência do descumprimento, pela CONTRATADA, de leis ou regulamentos aplicáveis à espécie;
- c) Cobranças indevidas.

6.11. Fica expressamente vedada qualquer pretensão de pagamento antecipado.

6.12. A CONTRATADA deverá abster-se de emitir títulos de quaisquer naturezas lastreados no presente contrato, ficando expressamente vedada a emissão e negociação destes títulos perante instituições financeiras ou afins, regulares ou não, devendo responder diretamente pelas eventuais perdas e danos decorrentes da inobservância deste item.

6.13. Caso o objeto deste contrato seja de natureza continuada ou por escopo e supere 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados anualmente, mediante pedido formal da CONTRATADA, pelo INPC/IBGE ou, em sua falta, por outro índice que vier a substituí-lo, tendo como data-base a assinatura do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

7.1. A CONTRATADA exhibe neste ato as certidões expedidas pela Justiça do Trabalho - CNDT, Receita Federal/PGFN - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, e Caixa Econômica Federal - CRF, com prazo de validade em vigor, que demonstram sua regularidade no cumprimento dos encargos estabelecidos em lei, obrigando-se a atualizá-las sempre que se vencerem no prazo de execução deste contrato, demonstrando a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ENCARGOS

8.1. Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transportes e seguro, inclusive aqueles relativos a impostos e taxas, inclusive de administração, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, bem como despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, despesas operacionais com frete e entrega, o valor dos materiais, matérias-primas, mão de obra, inclusive horas extras e adicionais noturnos de profissionais, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e transporte local, sendo que sua inadimplência com relação a tais encargos não transfere à CONTRATANTE o ônus pelo seu pagamento, não podendo onerar a presente avença.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Do atraso na entrega do objeto, a CONTRATANTE poderá aplicar:

- a) Multa moratória no importe de 0,5% do valor do contrato, por dia corrido de atraso injustificado, até que ocorra a entrega do objeto, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato ou a 30 (trinta) dias de inexecução; e

b) Superado o período de 30 (trinta) dias ou a multa diária atingido 10% (dez por cento) do valor total do contrato, permanecendo a inexecução, a CIJUN poderá considerar o contrato rescindido por inexecução total.

9.2. Multa punitiva, não compensatória, nos percentuais descritos abaixo, sem prejuízo da cominação em perdas e danos e demais multas previstas neste contrato:

a) 10% (dez por cento) do valor global do contrato, pela sua inexecução parcial, mantendo-se a contratação;

b) 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, pela sua inexecução total, motivando a rescisão do mesmo.

9.3. Quaisquer multas aplicadas pela CONTRATANTE, poderá, a critério desta, ser cobrada de forma imediata, servindo o contrato como título executivo extrajudicial, ou compensada com valores devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, independentemente de qualquer notificação, após garantido o exercício ao contraditório e ampla defesa em processo próprio.

9.4. Os valores das multas aplicadas pela CONTRATANTE deverão ser pagas em parcela única, ressalvada a possibilidade de outras condições de pagamento, desde que aceitas pela CONTRATANTE.

9.5. Qualquer multa imputada e não paga no prazo concedido pela CONTRATANTE poderá ser corrigida pelo INPC/IBGE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

9.6. Na hipótese de qualquer licitante apresentar documento falso, declarar-se falsamente como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, além das sanções administrativas previstas em Lei, a autoridade competente poderá comunicar o ocorrido ao Ministério Público.

9.7. Independentemente da cominação de multa, a CONTRATADA poderá incorrer nas demais penalidades previstas na legislação, neste contrato, bem como no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIJUN.

CLÁUSULA DEZ - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. O presente contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, garantida a prévia defesa e o contraditório, nas seguintes hipóteses:

I. falhas reiteradas e não corrigidas, que demonstrem a falta de qualidade dos produtos fornecidos/serviços prestados ou de compromisso da CONTRATADA;

II. inexecução total do ajuste;

III. infração de qualquer cláusula do presente contrato;

IV. falta de manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

V. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA; e

VI. ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovados, que impeçam a execução do contrato.

10.1.1. A rescisão do contrato não afasta a aplicação das demais penalidades previstas neste instrumento.

10.1.2. A CONTRATANTE poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas e/ou suas condições de qualificação/habilitação, sob pena da rescisão contratual.

10.2. A CONTRATANTE poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA ONZE - DA REPARAÇÃO DOS DANOS

11.1. A CONTRATADA é responsável direta pela execução do objeto deste contrato, e conseqüentemente responde exclusivamente por danos que, por dolo ou culpa, eventualmente, causar à CONTRATANTE, aos seus servidores e à coisa ou propriedade de terceiros em decorrência deste contrato, correndo às suas expensas os ressarcimentos e indenizações devidos.

CLÁUSULA DOZE - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

12.1. O contrato vigorará pelo prazo de 02 (dois) anos a contar da data da última assinatura eletrônica do contrato, podendo ser prorrogado até o limite legal

12.2. Caso o objeto deste instrumento seja de natureza continuada, a CONTRATANTE poderá denunciar o presente contrato, mediante aviso prévio e expresse de 60 (sessenta) dias, sem a imposição de qualquer indenização ou penalidade, sendo devidos apenas os valores relativos aos serviços realizados no período do aviso prévio, que deverão ser mantidos pela CONTRATADA durante o prazo do aviso.

12.3. O contrato poderá ser resolvido pelas partes, mediante a assinatura de competente distrato.

CLÁUSULA TREZE - DA LEGISLAÇÃO APLICADA

13.1. A execução deste contrato será disciplinada, de forma específica, nos termos de suas cláusulas e conforme a Lei Federal nº 13.303/2016, e de forma geral e subsidiária, pela Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil), com alterações posteriores.

CLÁUSULA CATORZE - DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

14.1. A CONTRATADA, por si e por seus sócios, diretores e demais prepostos, manterá sigilo absoluto sobre os dados, pessoais ou não, materiais, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais de propriedade da CONTRATANTE, seus clientes, prepostos ou empregados, bem como os desenvolvidos ao longo da vigência deste contrato, de que, eventualmente, tenham conhecimento em razão deste instrumento, não podendo ser divulgados, publicados ou por qualquer forma colocados à disposição, direta ou indiretamente, de qualquer pessoa, sob pena de ser considerada infração grave e justa causa para rescisão do contrato, devendo responder diretamente pelas eventuais perdas e danos decorrentes da não observância desta cláusula.

14.1.1. Fica vedado à CONTRATADA, ainda, dar destinação diversa aos dados e informações obtidos em razão deste contrato, utilizando-os para fins que não sejam relacionados à exclusiva execução do objeto desta contratação, responsabilizando-se civil e criminalmente por qualquer utilização, divulgação ou compartilhamento dessas informações e dados, pessoais ou não.

14.2. Não obstante a data do término da vigência deste contrato, as obrigações de não divulgação das informações confidenciais recebidas permanecerão válidas por prazo indeterminado após o encerramento da vigência deste contrato ou do relacionamento entre as partes.

14.2.1. Não se enquadram no prazo acima indicado os dados pessoais e pessoais sensíveis, bem como as demais informações em que, por lei, os deveres de sigilo e confidencialidade não possuem prazo determinado, devendo, portanto, ser mantidos por prazo indeterminado.

14.3. Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, a CONTRATADA deverá tratar a mesma sob sigilo, nos termos deste contrato, até que venha a ser autorizada por escrito a tratá-la diferentemente pela CONTRATANTE. De forma alguma se interpretará o silêncio da CONTRATANTE como sendo liberação do compromisso de manter o sigilo da informação.

14.3.1. Quaisquer dados pessoais ou sensíveis eventualmente tratados pela CONTRATADA para a execução deste contrato deverão ser por ela considerados, para todos os fins, como sigilosos, ressalvada a hipótese de determinação legal para que sejam tratados de outra forma.

CLÁUSULA QUINZE - DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E/OU PESSOAIS SENSÍVEIS

15.1. Para a execução dos serviços pela CONTRATADA (como operadora) a CONTRATANTE (como controladora) **poderá** compartilhar dados pessoais (que identificam ou tornam identificável uma pessoa natural) ou dados pessoais sensíveis nos termos da Lei, como **poderá** a CONTRATADA e seus empregados terem acesso a dados pessoais e/ou pessoais sensíveis em razão da execução do objeto deste contrato.

15.2. Os dados fornecidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, ou os obtidos pela CONTRATADA em decorrência da execução do contrato, somente poderão ser por esta última tratados para a finalidade exclusiva de disponibilizar o objeto desta contratação, sendo vedada sua destinação diversa, sua divulgação, compartilhamento, armazenamento ou qualquer outra forma de tratamento que não seja a ora autorizada ou expressamente autorizada posteriormente pela CONTRATANTE.

15.3. Caberá à CONTRATANTE ou seu cliente, se necessário como base legal para o tratamento dos dados pessoais ou pessoais sensíveis, solicitar o consentimento do titular dos dados, sendo vedada a interação da contratada com os mesmos.

15.4. **Caso** os dados pessoais ou pessoais sensíveis tratados pela CONTRATADA para a execução do objeto desta contratação, precisem ficar armazenados na CONTRATADA, eles deverão ser alocados em banco de dados logicamente segregado que não permita acesso de terceiros ou outros sistemas/aplicações, permanecendo à disposição da CONTRATANTE, e não poderão ser, em nenhuma hipótese, tratados pela contratada fora dos objetivos para os quais foram compartilhados.

15.5. A CONTRATADA se obriga a manter os dados pessoais ou pessoais sensíveis **eventualmente** compartilhados pela CONTRATANTE, ou acessados diretamente pela CONTRATADA, em ambiente tecnologicamente seguro, implementando as medidas técnicas e organizacionais apropriadas para proteger os dados, levando em conta as técnicas mais avançadas, o custo de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos apresentados pelo tratamento, em particular, devidos à destruição, perda, alteração ou divulgação não-autorizada dos dados pessoais, de forma acidental ou ilegal, ou ao acesso aos dados pessoais transmitidos, armazenados, ou de outra forma tratados em decorrência desta contratação, responsabilizando-se integralmente por quaisquer vazamentos ou incidentes decorrentes da não observância das regras mínimas de segurança, inclusive as relativas à nível de acesso de seus prepostos.

15.6. Deverá a CONTRATADA comunicar à CONTRATANTE, em tempo hábil e na medida exigida pela legislação aplicável, a ocorrência de qualquer incidente de segurança relacionado aos dados pessoais ou pessoais sensíveis eventualmente tratados decorrentes do objeto desta contratação, incluindo, mas não se limitando à exposição, vazamentos e compartilhamentos indevidos

15.7. Na eventualidade de os serviços objeto do Contrato envolverem o tratamento de dados que são considerados dados pessoais sensíveis de acordo com a legislação aplicável, a CONTRATADA deve realizar o tratamento em estrita conformidade às exigências legais aplicáveis e garantir a segurança adequada de dados pessoais sensíveis e, em conformidade com a Legislação Aplicável.

15.8. Caso a CONTRATADA considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados de acordo com a contratação, caberá à CONTRATADA solicitá-las à CONTRATANTE.

15.9 Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados, ou terceiro solicitar à CONTRATADA informações relativas ao tratamento de dados pessoais, ou dados pessoais sensíveis, a CONTRATADA deverá submeter esse pedido à apreciação da CONTRATANTE

15.9.1 Caso a CONTRATADA seja obrigada a transferir ou divulgar qualquer Dado Pessoal tratado em nome da CONTRATANTE em razão de ordem administrativa ou judicial de qualquer natureza, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE em tempo hábil e em conformidade com a Legislação Aplicável. Além disso, as Partes comprometem-se a cooperar com a outra Parte para limitar a extensão e o âmbito de tal transferência ou divulgação de dados, na medida exigida pela Legislação Aplicável.

15.10 . A CONTRATADA não poderá, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou pessoais sensíveis, ou mesmo quaisquer outras informações relativas ao tratamento desses a qualquer terceiro..

15.11. Deverá a CONTRATADA prestar assistência à CONTRATANTE no sentido de assegurar o cumprimento da obrigação de responder às solicitações dos titulares de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis aplicáveis à Proteção de Dados.

15.12. Caso necessário, a CONTRATADA auxiliará a CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da CONTRATADA e/ou nos casos em que for necessária a assistência da contratada para que a CONTRATANTE possa cumprir suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento,

violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados e na medida exigida pela Legislação aplicável.

15.13. Findo o contrato, seja pelo decurso do prazo, por distrato ou rescisão, ou mediante solicitação do Titular de Dados (caso não haja hipótese que legalmente garanta a manutenção do tratamento) deverá ocorrer o término do tratamento dos dados pessoais e/ou pessoais sensíveis pela CONTRATADA, devendo a mesma transferi-los integralmente à CONTRATANTE, realizando a CONTRATADA a eliminação segura dos mesmos, após o devido Aceite de transferência dado pela CONTRATANTE, nos termos da Lei.

15.14. É obrigação da CONTRATADA cumprir integralmente as normas relativas à privacidade e à proteção de dados, incluindo, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei Federal nº 13.709/2018, além de eventuais normas complementares e/ou que possam ser editadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta contratação, bem como os direitos creditórios do mesmo, salvo se expressamente previsto neste instrumento ou autorizado pela CONTRATANTE.

16.2. Quaisquer alterações ou modificações no presente contrato somente serão válidas e exequíveis perante as partes mediante aditamento contratual escrito e assinado pelas partes.

16.3. As partes se obrigam a tomar todas as cautelas necessárias para a perfeita execução de todos os termos e condições aqui estabelecidos, responsabilizando-se a parte infratora por quaisquer perdas e danos pessoais ou materiais que venha a causar, direta ou indiretamente, à outra parte e a terceiros, e que decorra de ato praticado por si própria, seus prepostos, empregados ou terceiros contratados.

16.4. A tolerância ou omissão de exigir o cumprimento de qualquer dos direitos oriundos do presente contrato não constituirá renúncia ao exercício de tal direito ou novação, podendo a exigência ser feita a qualquer tempo.

16.5. Na hipótese de qualquer cláusula deste contrato vir a ser julgada ilegal, inválida ou inexecutável, as demais cláusulas permanecerão em vigor, devendo o presente ser interpretado como se referida cláusula nunca o tivesse integrado, desde que a intenção das partes contratantes não seja desvirtuada por referida ilegalidade, invalidade ou inexecutabilidade.

16.6. A celebração do presente instrumento não acarreta nenhuma licença ou concessão de uso de marca de titularidade da CONTRATANTE, razão pela qual a CONTRATADA não poderá utilizar, exceto mediante prévia e expressa autorização por escrito da CONTRATANTE, qualquer marca, nome, logotipo ou símbolo de propriedade da CONTRATANTE, tampouco fazer qualquer declaração ou referência que indique a existência de vínculo, relação contratual ou negocial entre as partes que não seja a ora estabelecida, sob pena de responder pelas perdas e danos causados.

16.7. A CONTRATADA não poderá assumir qualquer obrigação em nome da CONTRATANTE ou, por qualquer forma ou condição, obrigar a CONTRATANTE perante terceiros, exceto se para tal obtiver prévia e expressa autorização ou mandato da outra parte.

16.8. Declaram as partes a total inexistência de vínculo trabalhista ou de responsabilidade da CONTRATANTE, seja com quaisquer sócios da CONTRATADA, seja com relação ao pessoal que a CONTRATADA eventualmente utilizar, direta ou indiretamente, para a execução do objeto deste contrato.

16.8.1. A CONTRATADA responsabiliza-se, em caráter irrevogável e irretratável, por quaisquer reclamações trabalhistas ou qualquer ato de natureza administrativa ou judicial, inclusive decorrentes de acidente de trabalho, que venham a ser intentados contra a CONTRATANTE por empregados, prepostos, colaboradores ou subcontratados destacados pela CONTRATADA para a execução do objeto deste contrato, a qualquer tempo, seja a que título for, respondendo integralmente pelo pagamento de eventuais condenações, indenizações, multas, honorários advocatícios, custas processuais e demais encargos que houver, podendo ser denunciada em qualquer ação que for proposta para indenizar seus autores, aplicando-se ao presente contrato o disposto no art. 125, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro de 2015.

16.8.2. Acordam as partes que, na hipótese da CONTRATANTE ser compelida a apresentar-se em juízo, mesmo que injustamente, e/ou a pagar judicialmente ou extrajudicialmente quaisquer verbas trabalhistas, previdenciárias, acidentárias, indenizatórias, entre outras, relativas aos empregados da CONTRATADA e/ou às relações que esta estabelecer com terceiros, a CONTRATADA deverá, no prazo indicado na notificação correspondente, reembolsar a CONTRATANTE de todos os valores que esta houver desembolsado, nos termos da presente cláusula, acrescidos de multa, desde logo fixada em 10% (dez por cento), sobre toda e qualquer importância paga pela CONTRATANTE, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE ou, em sua falta, por qualquer outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento até a efetiva devolução, ficando estabelecido, ainda, que a

CONTRATADA arcará com os honorários advocatícios despendidos pela CONTRATANTE para promover sua defesa, estipulados judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jundiaí/SP, por mais privilegiado que outro seja, para conhecer e dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento de forma eletrônica, em uma via, correspondendo ao original, para todos os efeitos de direito.

Testemunha: Luiz Claudio Sobral Mendonça

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS

(Compra Direta - Inviabilidade de Competição - Art. 30 Lei nº13.303/2016)

1. OBJETO

O objeto deste Termo é a contratação da empresa Gartner do Brasil Serviços de Pesquisas Ltda., especializada na prestação de serviços de pesquisa e aconselhamento imparcial em tecnologia da informação e comunicação para atuação estratégica, incluindo serviços complementares de apoio à consulta, interpretação e aplicação das informações contidas em suas bases. Considerando os seguintes quantitativos e nível do serviço:

Nível do Serviço	Quantidade de usuários
Executive Programs Leadership Team Plus Leader	01
Executive Programs Leadership Team Plus Advisor	04

2. JUSTIFICATIVAS

2.1 JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

O mercado de TI (Tecnologia da Informação) é marcado pela inovação contínua, pela mudança de padrões e, por consequência, pelo alto dinamismo nas evoluções tecnológicas.

Neste cenário, os gestores de TI são constantemente desafiados a tomar decisões estratégicas, na maioria das vezes com prazos estreitos, baseado nas suas experiências, conhecimentos técnicos e discernimentos pessoais.

A existência de organizações dedicadas a pesquisar, analisar, catalogar e disponibilizar informações de suporte à tomada de decisões estratégicas de TI é um elemento importante para a redução do nível de incerteza e, portanto, do risco das decisões tomadas pelos gestores de TI.

Igualmente, a imensa quantidade de informações dispersas sobre características dos componentes e serviços de tecnologia e a dificuldade de acompanhamento cotidiano dos movimentos do mercado de informática tornam imprescindíveis:

- 1) a identificação de fontes confiáveis e agnósticas para a obtenção de informações;
- 2) a utilização efetiva de ferramentas e técnicas para sua compreensão;
- 3) a habilitação dos gestores de TI na transformação dessas informações em conhecimento útil na tomada de decisões.

Na iniciativa privada, o erro ou a imprecisão de uma decisão pode acarretar perdas substanciais na lucratividade ou, até mesmo, danos na imagem da empresa.

No setor público, estes danos são computados em prejuízos no atendimento à população, sendo que no caso da CIJUN e Município de Jundiá tais prejuízos têm repercussão direta nos níveis de bem-estar de toda a sociedade.

Estes são os principais motivadores da decisão de buscar, com a ajuda de empresa independente e especializada, uma fonte de conhecimento que nos entregue análises de tendências, avaliação de produtos e fornecedores, prognósticos e aconselhamento a serem utilizados como insumos no processo de tomada de decisão em tecnologia da informação.

Não é demais lembrar que a CIJUN possui como **Missão** : *Propor, gerenciar e prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para o setor público, com agilidade, flexibilidade, competitividade, inovação e responsabilidade social.* E como **Visão** : *Ser reconhecida como empresa de referência no fornecimento de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para o setor público.*

Desta forma, não há como se afastar a necessidade de se obter as melhores ferramentas de gestão e aconselhamento na sua área de atuação, se, como trazido, a Companhia possui como Visão ser reconhecida como empresa referência em soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação ao Setor Público.

Ora, para ser referência na sua área, a Companhia precisa ser assertiva em suas escolhas, em seus projetos, realizar contratações inteligentes e melhorar inclusive sua forma de atuação e exposição no mercado, muito porque os investimentos em equipamentos e serviços na área de tecnologia da informação e

comunicação são de valores elevados, o que necessita de uma assertividade ímpar, até com a identificação das soluções mais adequadas ao planejamento e estratégias da CIJUN.

Trata-se de pedra fundamental para o seu crescimento, e principalmente para trazer à tona seus Valores , que são: Austeridade; Inovação; Transparência; Governança; Fortalecimento dos vínculos; Otimização dos processos; Eficiência, Eficácia e Efetividade; Visão Colaborativa e Sistêmica.

Pelo exposto acima, a CIJUN considera essencial para seu crescimento empresarial no mercado em que atua a contratação da empresa Gartner do Brasil Serviços de Pesquisas Ltda. para atuação estratégica, o que ocorrerá com base no Inciso II do Artigo 30 da Lei 13.303/16 (Compra Direta por inviabilidade de competição).

2.2 RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A empresa Gartner é reconhecida nacional e internacionalmente como referência no aconselhamento e pesquisa na área de TIC, principalmente por sua independência e imparcialidade, possuindo, portanto, notória especialização.

Verificou-se, inclusive, que o Tribunal de Contas da União, o DATAPREV, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dentre inúmeros outros órgãos e entidades públicas, contrataram tal consultoria por inexigibilidade de licitação com base na notória especialização e singularidade do objeto.

Destaca-se que a contratação que se pleiteia busca garantir um suporte em nível executivo para a adoção de melhores práticas de TIC, aperfeiçoando métodos, apoio para as aquisições, melhor elaboração dos termos de referência para editais de compras lançadas por esta Companhia, além de importante serviço de aproximação da CIJUN com o mercado em que atua, com outras instituições para um intercâmbio de informações e experiências.

Sendo assim, entendemos cabível a contratação da empresa acima mencionada por meio de compra direta, por inviabilidade de competição, com fundamento no art. 30, caput e inciso II e §1º, da Lei nº 13.303/2016, considerando que a especialidade e a unicidade da solução, assim como a exclusividade de sua prestação pela subsidiária da criadora do método no Brasil, tornam inviável o estabelecimento de parâmetros objetivos de seleção e comparação com demais soluções e empresas existentes no mercado nacional.

Em atendimento ao artigo 30, §§ 1º e 3º, da mencionada Lei, temos como razão de escolha da mencionada empresa a sua exclusividade para a prestação dos serviços objeto desta contratação no Brasil, a

singularidade dos serviços prestados que são os que a CIJUN identifica como mais adequada à satisfação das necessidades desta Companhia, assim como a notoriedade da empresa na prestação dos serviços tanto no Brasil como Internacionalmente, visto que atua em mais de 90 países, com mais de 1.900 analistas de mercado.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

A empresa deverá fornecer soluções focadas nas principais prioridades de negócios da Companhia, permitindo que o executivo da CIJUN:

- Tome decisões com conhecimento:
 - Tenham acesso às principais pesquisas sobre as iniciativas e aos analistas.
 - Conheçam experiências concretas dos pares;
- Trabalhe de forma mais eficiente:
 - Equipe de serviços exclusiva, o que economiza tempo.
 - Acesso a pesquisas, insights e eventos;
- Obtenha resultados de negócios melhores e mais rápidos e lidere de forma mais eficaz:
 - Pesquisas, eventos, orientação e perspectivas específicas para CIOs.
 - Um parceiro estratégico para contextualizar tudo isso.

3.2 A empresa deverá garantir que os usuários membros do corpo diretivo da CIJUN tenham acesso, no mínimo, aos seguintes serviços:

- Equipe Exclusiva de Serviços com um Parceiro Executivo e um Gerente de Clientes da equipe que oferece um suporte proativo alinhado ao plano de valor dos membros;
- Consultar analistas Gartner;
- Acesso ilimitado a conteúdo exclusivo do Gartner para CIOs, pesquisas e ferramentas específicas para a função, além do ITScore, ITBudget e IT Key Metrics Data;
- Convite para participação VIP no Gartner Symposium/ITxpo e CIO Forum;
- Possibilidade de participar em eventos locais do Programa Executivo;
- Acesso à rede de CIOs exclusiva do Gartner;
- Destaques de Eventos do Gartner e Webinars semanais;

- Acesso à comunidade de pares online exclusiva do Gartner, o Peer Connect — aproveite os insights dos pares por meio da nossa comunidade online privada com outros profissionais;
- Módulos exclusivos de desenvolvimento da liderança;
- Destaques de Eventos do Gartner e Webinars semanais;
- Base de dados de pesquisas online: acesso ao membro deste programa a uma base de dados de pesquisa online com informações de processos e tendências de TI,;
- Aconselhamento imparcial, nas negociações mais importantes de hardware, software e serviços, objetivando a redução de seus custos em Tecnologias da Informação;
- Acesso a um grupo de mais de 1.900 analistas especialistas em Tecnologias da Informação, distribuídos por todo o mundo, estimulando o “networking” com uma grande base de executivos a nível mundial;
- Disponibilização de uma equipe de atendimento para garantir a agilidade e a compreensão do contexto em todas as demandas da CIJUN;
- auxiliar na rápida identificação e na análise das tendências de TI, aplicadas ao mercado mundial de interesse da CIJUN, através de Analistas “experts”, focados nas áreas de interesse específico da CIJUN;

3.3 São considerados como entregáveis dos serviços da empresa, que deverão ser garantidos para a CIJUN:

- Ferramentas funcionais (templates e frameworks) para auxiliarem na construção das lideranças de TI;
- Participação em comunidades de gestores de TI;
- Notícias e análises objetivas, com recomendações, dos principais eventos no mercado de TI;
- Cenários de TI para os próximos 03 a 05 anos;
- Interpretação da evolução das principais tecnologias para os próximos 03 a 05 anos;
- Informações e comparações sobre os vários produtos e fornecedores de uma mesma tecnologia;
- Avaliações sobre o impacto que determinada decisão terá sobre os negócios da organização;
- Aconselhamento imparcial para o alinhamento dos investimentos em TI com os negócios da organização;

- Técnicas e práticas gerenciais atualizadas conforme as melhores práticas mundialmente aceitas;
- Informação para o processo de negociação junto aos fornecedores;
- Informações com o objetivo de preservar os investimentos em TI, reduzindo os riscos e avaliando o retorno ou valor dos investimentos;
- Informações objetivando reduzir o tempo de tomada de decisão, com o suporte de informações objetivas, atuais e imparciais;
- Informações para auxiliar no planejamento dos orçamentos de projetos e da TI como um todo;
- Matéria prima para a prospecção de produtos, serviços e fornecedores;
- Facilidades de contato remoto com os analistas desses cenários e tecnologias, para que os tomadores de decisão tenham as melhores informações no decorrer dos projetos ou de suas definições.
- A base de conhecimentos deverá estar em idioma português ou inglês.
- Os serviços serão prestados, essencialmente, de forma remota.

4. PROPOSTA COMERCIAL

4.1 VALIDADE DA PROPOSTA

Forma de Contratação	Prazo mínimo da proposta
Licitação - bens e serviços comuns	60 (sessenta) dias corridos
Licitação RCE - técnica e preço / contratação integrada ou semi-integrada	90 (noventa) dias corridos
Dispensa de Licitação e Contratação Direta (Inviabilidade de Competição)	30 (trinta) dias corridos
Dispensa de Licitação e Contratação Direta (Inviabilidade de Competição) - valor menor que R\$5.000,00	15 (quinze) dias corridos

5. CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

Não poderão ser contratada pela CIJUN, em nenhuma hipóteses, as pessoas físicas e jurídicas que:

- (i) Estrangeira, que não funcione no país;
- (ii) Em situação de falência;
- (iii) Em recuperação judicial ou extrajudicial, sem a devida comprovação do plano de recuperação homologado pelo juízo competente;
- (iv) Cujo administrador ou sócio, detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social, seja diretor ou empregado da CIJUN;

- (v) Declarada suspensa temporariamente de licitar e impedida de contratar com a CIJUN;
- (vi) Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, enquanto pendentes os efeitos da sanção;
- (vii) Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- (viii) Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- (ix) Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- (x) Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- (xi) Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- (xii) Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CIJUN há menos de 6 (seis) meses;
- (xiii) De pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, de detentor de cargos de direção, chefia ou assessoramento na CIJUN.

Não poderão participar do processo de dispensa, compra direta ou licitação e ser contratado pela CIJUN:

- (i) Empregado ou diretor da CIJUN, como pessoa física;
- (ii) Quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) diretor ou conselheiro da CIJUN;
 - b) empregado da CIJUN cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - c) autoridade do Município de Jundiá.
- (iii) Empresas que contenham como sócio majoritário, pessoa condenada por improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429 de 02/06/1992.
- (iv) Sociedades que estejam reunidas em consórcio ou sociedades cooperativas.

É vedado ao familiar de todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato,

cargo em comissão ou função de confiança, prestar serviços na CIJUN.

6. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

6.1 REGULARIDADE JURÍDICA

- a) No caso de Pessoa Física (PF): Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) No caso de Empresário Individual (EI): comprovante do registro de empresário individual perante a Junta Comercial.
- c) No caso de Microempreendedor Individual (MEI): "Certificado da Condição de Microempreendedor Individual" - CCMEI.
- d) No caso de Sociedade Unipessoal Limitada (SLU): contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado dos competentes documentos de eleição dos seus administradores ou diretores, caso aplicável.
- e) No caso de sociedades empresárias: estatuto social ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado dos competentes documentos de eleição dos seus administradores ou diretores, caso aplicável.
- f) No caso de sociedades simples: estatuto social ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão de classe, no registro civil de pessoas jurídicas, ou junta comercial, conforme o caso, acompanhado dos competentes documentos de eleição dos seus administradores ou diretores, caso aplicável.
- g) No caso de sociedades estrangeiras em funcionamento no País ou sociedades que dependam de autorização prévia para funcionamento: ato de registro ou autorização de funcionamento expedido pelo órgão competente ou Decreto de autorização, além dos atos constitutivos conforme o tipo societário.

6.1.1 O objeto social especificado nos documentos acima deverá ser totalmente compatível com o objeto deste Termo de Referência, sob pena de desclassificação/desconsideração da proposta.

6.2 REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA, FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF.
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, relativamente a todos os tributos federais e ao sistema da Seguridade Social, por meio da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários e à Dívida Ativa da União, na qual conste a abrangência das

contribuições sociais previstas no art. 11, parágrafo único, letras "a" e "d", da Lei nº 8.212/91, emitida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade - CRF expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a", do art. 27, da Lei nº 8.036/1990, devidamente atualizado.

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

7. DOCUMENTOS CONDICIONANTES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

7.1 RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A empresa deverá apresentar certidões aptas a comprovar - conforme o caso - a: singularidade do serviço/objeto; exclusividade da empresa escolhida para a execução dos serviços; ou notória especialização, nos termos do artigo 30 da Lei nº 13.303/2016.

7.1.2 COMPROVANTE DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO

A empresa deverá comprovar que os valores apresentados na proposta comercial estão alinhados com os praticados a outros entes contratantes, conforme §3º do artigo 30 da Lei nº 13.303/2016, assim, demonstrando que o valor ofertado à CIJUN é compatível com aqueles que a prestadora pratica tanto para empresas de natureza privada como pública, não havendo, desta forma, quaisquer indícios de sobrepreço ou superfaturamento.

8. DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

8.1 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Serão obrigações e responsabilidades da(s) contratada(s) além de outras previstas neste Termo de Referência e no futuro contrato:

- a) manter sigilo e não divulgar informações, dados pessoais e/ou pessoais sensíveis a que vier(em) ter acesso em decorrência de sua contratação;
- b) garantir o cumprimento dos prazos previstos neste Termo de Referência;
- c) todas as despesas de impostos, fretes, seguros, e outros custos que recaiam sobre os serviços objeto do presente Termo;

- d) nomear um preposto responsável pela contratação, para atendimento e entendimentos junto a CIJUN;
- e) não transferir a terceiros, por qualquer meio ou forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações decorrentes da contratação com a CIJUN, ressalvada a hipótese de subcontratação expressamente autorizada neste Termo de Referência;
- f) manter durante toda vigência da contratação com a CIJUN, em compatibilidade com as obrigações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na futura licitação e também neste Termo;
- g) caso aplicável, fornecer uniformes e equipamentos necessários aos seus funcionários, inclusive os EPI's (Equipamento de Proteção Individual) nos padrões estabelecidos por leis e normas técnicas, em quantidade suficiente para a boa apresentação nos locais de prestação de serviços e responsabilizar-se por quaisquer consequências decorrentes do não uso ou uso indevido dos EPI's;
- h) utilizar-se de funcionários previamente selecionados, capacitados, treinados e preparados para a execução do objeto deste contrato, sob sua inteira responsabilidade;
- i) arcar com todas as despesas de viagem, hospedagem e transportes de seus colaboradores no atendimento do contrato, caso aplicável.

A(s) contratada(s) responderá(ão) por todos os danos, inclusive materiais, lucros cessantes e danos a terceiros diretamente relacionados ao fornecimento do objeto deste Termo, devendo ressarcir a CIJUN.

A(s) contratada(s) que vier(em) a cometer qualquer ato lesivo à CIJUN, assim definido pela Lei Federal nº12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente no art. 5º, inciso IV da mencionada Lei, estará(ão) sujeita(s) às penalidades nela previstas, observando-se o Decreto do Município de Jundiaí nº 26.641/2016, responsabilizando-se administrativamente e judicialmente nos termos da Lei e Regulamento.

A CONTRATADA deverá cumprir todas as leis e normas aplicáveis ao objeto deste contrato, devendo, ainda, observar e cumprir as Políticas e o Código de Conduta e Integridade da CONTRATANTE, disponíveis em seu portal eletrônico, no endereço: <https://cijun.sp.gov.br/governanca/>.

8.2 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CIJUN

Serão obrigações e responsabilidade da CIJUN, além de outras previstas neste Termo e futuro contrato:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela(s) contratada(s);
- b) exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato a ser celebrado com a(s) contratada(s), por funcionário(s) especialmente designado(s) com gestor(es) e encaminhando os apontamentos à autoridade

competente para eventuais providências cabíveis;

c) notificar, por escrito, à(s) contratada(s) sobre quaisquer irregularidades encontradas no cumprimento da contratação;

d) pagar a(s) contratada(s) os valores devidos à execução dos serviços, no prazo e condições estabelecidas neste Termo e futuro contrato;

e) efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura emitida pela(s) contratada(s); e

f) designar, formalmente, gestor(es) para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato a ser firmado com a(s) contratada(s).

8.3 DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa contratada deverá fornecer o acesso necessário para o usuário indicado pela CIJUN, para utilização de todas as ferramentas e atendimentos previstos aos serviços, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da assinatura do contrato.

8.4 DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Caso o objeto seja realizado em desacordo com os requisitos estabelecidos pela CIJUN neste Termo, a(s) contratada(s) se obriga(m) a reparar a falha - a critério da CIJUN, sem quaisquer ônus adicional para a CIJUN, independente da aplicação de eventuais sanções cabíveis.

O cumprimento do objeto e previsões deste Termo de Referência será acompanhado e fiscalizado pelo gestor do contrato, que registrará qualquer ocorrência havida que esteja em desacordo com os termos aqui previstos, determinando, em decorrência disto, o que for necessário à regularização das falhas observadas.

8.5 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

O pagamento do objeto será efetuado pela CIJUN, mensalmente, todo dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente à execução dos serviços, considerando o primeiro vencimento após os 30 (trinta) dias iniciais de execução dos serviços (mês fechado) e assim sucessivamente, desde de que aceito(s) pelo gestor do contrato na CIJUN.

8.6 PRAZO DO CONTRATO (Art. 103 a 105 do RILCC)

O contrato vigorará pelo prazo de 02 (dois) anos a contar da data da última assinatura eletrônica do contrato, podendo ser prorrogado até o limite legal. .

8.7 DAS PENALIDADES

(i) Do atraso para início da execução dos serviços, a CIJUN poderá aplicar, além das demais penalidades legais:

a) Multa moratória no importe de 0,5% do valor do contrato, por dia corrido de atraso injustificado, até que inicie a prestação dos serviços, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato ou a 30 (trinta) dias de inexecução; e

b) Superado o período de 30 (trinta) dias ou a multa diária atingido 10% (dez por cento) do valor total do contrato, permanecendo a inexecução, a CIJUN poderá considerar o contrato rescindido por inexecução total.

(ii) Multa punitiva, não compensatória, nos percentuais descritos abaixo, sem prejuízo da cominação em perdas e danos, demais multas e penalidades legais:

a) 10% (dez por cento) do valor global do contrato, pela sua inexecução parcial, mantendo-se a contratação;

b) 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, pela sua inexecução total, motivando a rescisão do mesmo.

Quaisquer multas aplicadas pela CIJUN, poderá, a critério desta, ser cobrada de forma imediata, servindo o contrato como título executivo extrajudicial, ou compensada com valores devidos pela CIJUN à contratada, independentemente de qualquer notificação, após garantida a prévia defesa.

Os valores das multas aplicadas pela CIJUN deverão ser pagas em parcela única, ressalvada a possibilidade de outras condições de pagamento, desde que aceitas pela CIJUN.

Qualquer multa imputada e não paga no prazo concedido pela CIJUN poderá ser corrigida pelo INPC/IBGE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

Na hipótese de qualquer licitante apresentar documento falso, declarar-se falsamente como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, ou apresentar as demais declarações de maneira falsa, além das sanções administrativas previstas em Lei, a autoridade competente poderá comunicar o ocorrido ao Ministério Público.

Serão considerado pela CIJUN como inidôneos atos como:

a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato no procedimento licitatório;
- c) Quebrar o sigilo de proposta apresentada no procedimento licitatório, antes da sessão de sua abertura, ou proporcionar a terceiro o ensejo de quebrá-lo;
- d) Afastar ou procurar afastar outros licitantes, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagens de qualquer tipo; e
- e) Desacatar, agir com violência, utilizar-se de ameaças ou condutas desabonadoras contra o(a) Pregoeiro(a), membros da Equipe de Apoio e/ou quaisquer pessoas presentes na sessão pública do certame.

Independentemente da cominação de multa, a(s) licitante(s) contratada(s) poderá(ão) incorrer nas demais penalidades previstas na legislação, no contrato, bem como no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIJUN.

9. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E/OU PESSOAIS SENSÍVEIS

Para a execução dos serviços pela contratada (como operadora) a CIJUN (como controladora) poderá compartilhar dados pessoais (que identificam ou tornam identificável uma pessoa natural) ou dados pessoais sensíveis nos termos da Lei, como **poderá** a contratada e seus empregados terem acesso a dados pessoais e/ou pessoais sensíveis em razão da execução do objeto deste contrato.

Os dados fornecidos pela CIJUN à contratada, ou os obtidos pela contratada em decorrência da execução do contrato, somente poderão ser por esta última tratados para a finalidade exclusiva de disponibilizar o objeto desta contratação, sendo vedada sua destinação diversa, sua divulgação, compartilhamento, armazenamento ou qualquer outra forma de tratamento que não seja a ora autorizada ou expressamente autorizada posteriormente pela CIJUN.

Caberá à CIJUN ou seu cliente, se necessário como base legal para o tratamento dos dados pessoais ou pessoais sensíveis, solicitar o consentimento do titular dos dados, sendo vedada a interação da contratada com os mesmos.

Caso os dados pessoais ou pessoais sensíveis tratados pela contratada para a execução do objeto desta contratação, precisem ficar armazenados na contratada, eles deverão ser alocados em banco de dados logicamente segregado que não permita acesso de terceiros ou outros sistemas/aplicações, permanecendo à disposição da CIJUN, e não poderão ser, em nenhuma hipótese, tratados pela contratada fora dos objetivos para os quais foram compartilhados.

A contratada se obriga a manter os dados pessoais ou pessoais sensíveis **eventualmente** compartilhados pela CIJUN, ou acessados diretamente pela contratada, em ambiente tecnologicamente seguro, implementando as medidas técnicas e organizacionais apropriadas para proteger os dados, levando em conta as técnicas mais avançadas, o custo de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos apresentados pelo tratamento, em particular, devidos à destruição, perda, alteração ou divulgação não-autorizada dos dados pessoais, de forma acidental ou ilegal, ou ao acesso aos dados pessoais transmitidos, armazenados, ou de outra forma tratados em decorrência desta contratação, responsabilizando-se integralmente por quaisquer vazamentos ou incidentes decorrentes da não observância das regras mínimas de segurança, inclusive as relativas à nível de acesso de seus prepostos.

Deverá a contratada comunicar a CIJUN, imediatamente, a ocorrência de qualquer incidente de segurança relacionado aos dados pessoais ou pessoais sensíveis **eventualmente** tratados decorrentes do objeto desta contratação, incluindo, mas não se limitando à exposição, vazamentos e compartilhamentos indevidos.

A contratada no **eventual** tratamento dos dados pessoais, ou pessoais sensíveis, em nome da CIJUN, atuará somente de acordo com as instruções fornecidas pela CIJUN e no âmbito desta contratação.

Caso a contratada considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados de acordo com a contratação, caberá à contratada solicitá-las à CIJUN.

Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados, ou terceiro solicitar à contratada informações relativas ao tratamento de dados pessoais, ou dados pessoais sensíveis, a contratada deverá submeter esse pedido à apreciação da CIJUN.

A contratada não poderá, sem instruções prévias da CIJUN, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou pessoais sensíveis, ou mesmo quaisquer outras informações relativas ao tratamento desses a qualquer terceiro, titular ou não dos dados.

Deverá a contratada prestar assistência à CIJUN no sentido de assegurar o cumprimento da obrigação de responder às solicitações dos titulares de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis aplicáveis à Proteção de Dados.

Caso necessário, a contratada auxiliará a CIJUN no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da contratada e/ou nos casos em que for necessária a assistência da contratada para que a CIJUN possa cumprir suas obrigações,

incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

Findo o contrato, seja pelo decurso do prazo, por distrato ou rescisão, deverá ocorrer o término do tratamento dos dados pessoais e/ou pessoais sensíveis pela contratada, devendo a mesma transferi-los integralmente à CIJUN, realizando a contratada a eliminação segura dos mesmos, após o devido Aceite de transferência dado pela CIJUN, nos termos da Lei.

É obrigação da contratada cumprir integralmente as normas relativas à privacidade e à proteção de dados, incluindo, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei Federal nº 13.709/2018, além de eventuais normas complementares, inclusive àquelas que possam ser editadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Fatima Marchi Brotto, Testemunha**, em 14/09/2022, às 15:06, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 8.424/2015 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Luiz Ferragut, Diretor Administrativo Financeiro**, em 14/09/2022, às 15:23, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 8.424/2015 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Claudio Sobral Mendonça, Usuário Externo**, em 14/09/2022, às 15:40, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 8.424/2015 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ernane Luiz Monteiro Valverde, Usuário Externo**, em 14/09/2022, às 16:37, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 8.424/2015 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Amauri Marquezi de Luca, Diretor Presidente**, em 15/09/2022, às 13:21, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 8.424/2015 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portalsei.cijun.sp.gov.br/autentica> informando o código verificador **0135910** e o código CRC **C5FFBC28**.